

NÚCLEO DE PROMOÇÃO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL - NUPAR



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O GRUPO DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER-BAHIA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, situado na Avenida Joana Angélica, nº 1.312, Nazaré, doravante denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, Salvador, Bahia, CNPJ 04.142.491/0001-66, neste ato representado por sua Procuradora- Geral de Justiça, Doutora **NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI**, e o **GRUPO DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER - BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 32.605.917/0001-06, com sede nesta Capital, na Avenida Oceano Pacífico, nº 210 – Recanto das Ilhas – S. Marcos – Salvador - Bahia, firmam o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante cláusulas e condições seguintes, observadas as exigências da Lei Estadual nº 9.433/05.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto mútua cooperação entre as partes, para a realização de exames de investigação de paternidade, pelo método DNA, em todo o Estado da Bahia, através do Centro de diagnóstico do GACC (CDG).

Parágrafo Primeiro – Os exames serão custeados pelas partes interessadas, com base no valor e condições de pagamento constante da tabela anexa (anexo único), devendo, o Promotor de Justiça, arrecadar o pagamento (à vista ou parcelado) e enviar os comprovantes ao GACC, junto com o material coletado.

Parágrafo Segundo – Os exames serão arquivados durante 5(cinco) anos, contados da data de sua liberação. Caso seja solicitada a emissão de segunda via de resultados de exame, será cobrada do solicitante taxa de R\$ 20,00 (vinte reais) por resultado de exame.

Parágrafo Terceiro – Os valores constantes da tabela anexa, bem assim o referido no parágrafo anterior, sofrerão reajuste anualmente segundo a variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M)/FGV, conforme constará de tabela anexa a cada termo aditivo de prazo do presente Termo de Cooperação Técnica.

Parágrafo Quarto – Caso o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M)/FGV venha a ser extinto, será aplicado o índice substituto.

Parágrafo Quinto – O GACC-BA reserva o direito de revisar os preços constantes da tabela anexa caso haja alta acentuada nos insumos necessários à realização dos

NÚCLEO DE PROMOÇÃO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL - NUPAR



exames. Considera-se alta acentuada variação cambial ou aumento de preços superior a 5% no intervalo de 1 ano, após a assinatura deste TERMO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 DO MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a:

2.1.1 - Requisitar do GACC-BA, a designação de data para coleta de amostras na sede do mesmo, Salvador.

2.1.2 – Encaminhar os kits para coleta de amostras fornecidas pelo GACC-BA para as Promotorias de Justiça do Interior do Estado e devolvê-los para proceder aos exames, após a coleta.

2.1.3 – Responsabilizar-se pelos originais dos resultados entregues para exame pelo GACC-BA, no tocante à integralidade do material e da identidade;

2.1.4 – Devolver ao GACC-BA os kits para coleta de amostras fornecidos e efetivamente não utilizados, ao final do período de 12 meses;

2.2 DO GACC-BA compromete-se a:

2.2.1 – Coletar, exclusivamente, em suas dependências, amostras biológicas de células bucais ou de sangue periférico dos envolvidos;

2.2.2 – Encaminhar ao Núcleo de Promoção da Paternidade Responsável-NUPAR os resultados dos exames realizados, tanto da Capital como das demais Cidades, sendo que o GACC-BA poderá utilizar o laboratório de apoio;

2.2.3 – Informar, exclusivamente, às partes envolvidas no Procedimento Administrativo, as condições do "sistema de pré-pagamento".

2.2.4– Fornecer informações e esclarecimentos adicionais sobre os exames de DNA realizados, através de contato telefônico, fax ou e-mail, aos Promotores de Justiça requisitantes e/ou às partes envolvidas, com cópia para o NUPAR;

2.2.5 - Manter, durante a execução do Convênio, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de celebração deste termo, devendo comunicar ao MINISTÉRIO PÚBLICO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do presente instrumento;

2.2.6 – Fornecer ao NUPAR, que funciona na sede do Ministério Público em Salvador, kits necessários à realização de amostras que devem ser feitas durante as audiências perante o Promotor de Justiça;

NÚCLEO DE PROMOÇÃO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL - NUPAR



2.2.7 – Fornecer, quando solicitada, cópia do resultado do exame (“2.ª via”), mediante pagamento de taxa no importe de R\$ 20,00 (vinte reais);

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As obrigações ora assumidas não acarretam em qualquer transferência de recursos financeiros entre os partícipes, sendo responsabilidades destes a alocação de pessoal, às suas expensas, para o fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados a fazer frente às despesas e respectivas dotações orçamentárias, isto significando que as partes não terão ônus direto com a assinatura deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO

O período de vigência do presente Termo é de 12(dozes) meses, a partir de sua assinatura, sendo possível sua prorrogação, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

As adições ou variações em quaisquer cláusulas, para modificar este Termo, salvo quanto ao seu objeto e mediante consentimento mútuo, serão formalizadas através de Termo(s) Aditivo(s), que passará(ao) a integrá-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Termo poderá ser, a qualquer tempo e por iniciativa de uma das partes denunciado ou rescindido, por descumprimento por qualquer de suas cláusulas e condições, tornando-se obrigatória, em ambos os casos, a prévia notificação, independentemente de mandado judicial, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

O MINISTÉRIO PÚBLICO será responsável pela publicação do extrato deste instrumento no Diário do Poder Judiciário-DPJ.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador para dirimir questões ou dúvidas oriundas do presente Termo, renunciando os partícipes a qualquer outro por mais privilegiados que seja.

Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso.

NÚCLEO DE PROMOÇÃO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL - NUPAR



Salvador, 15 de Setembro de 2021


NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado da Bahia


ROBERTO SÁ MENEZES
Presidente do Grupo de Apoio À Criança Com Câncer

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MP-BA e GACC-BA**ANEXO ÚNICO****Laboratório de Investigação de Vínculo Genético**

PROCEDIMENTO	PREÇO (R\$)	PRAZOS DE ENTREGA (Dias úteis)
Investigação de Paternidade DUO (filho e suposto pai)	280,00	22
Investigação de Paternidade TRIO (mãe, filho e suposto pai)	250,00	22
Investigação de Paternidade – Post mortem* (mãe e filho)	450,00*	32
2ª Via de exame IVG	20,00	05

*Adicionar R\$ 200,00 a cada participante extra.

Salvador, 11 de dezembro de 2020



LICENÇA PATERNIDADE DEFERIDA						
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI/ATO	QT. DIAS DEFERIDOS	INÍCIO	TÉRMINO
	SAMUEL SANTOS CABRAL JUNIOR	19.09.02498.0001419/2021-66	Lei nº 6.677/1994 – Art. 155 Ato Normativo nº 012/2016	20	28/01/2021	18/02/2021

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 15 de fevereiro de 2021.

RETIFICAÇÃO:

Licença prêmio deferida, publicada no DJE nº 2786 de 26 de janeiro de 2021, conforme o expediente nº 19.09.01310.0010579/2020-08, onde se lê:

LICENÇA PRÊMIO DEFERIDA							
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº 13.471/2015	QT. MESES DEFERIDOS	PERÍODO DEFERIDO		QUINQUÊNIO
					INÍCIO	TÉRMINO	
	EVAMARIA NERY CAMPOS GUIMARAES	19.09.01310.0010579/2020-08	Art. 3º	01	22/02/2021	22/03/2021	2011/2016

Lê-se:

LICENÇA PRÊMIO DEFERIDA							
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº 13.471/2015	QT. MESES DEFERIDOS	PERÍODO DEFERIDO		QUINQUÊNIO
					INÍCIO	TÉRMINO	
	EVAMARIA NERY CAMPOS GUIMARAES	19.09.01310.0010579/2020-08	Art. 3º	01	22/02/2021	23/03/2021	2011/2016

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 15 de fevereiro de 2021

PROCESSOS DEFERIDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Nome	Matrícula	Período deferido da licença	Quinquênio	Processo inicial	Publicação DJE	ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE GOZO		
						Novo Período	Motivo	Documento autorizador
KATIANA CHAVES AMORIM BARCELLOS LEONE		11/01/2021 A 09/02/2021 - 30 DIAS 05/04/2021 A 04/05/2021 - 30 DIAS	2011/2016	19.09.01310.0009755/2020-60	29/12/2020	16/03/2021 A 14/05/2021 - 60 DIAS	REQUERIMENTO DA SERVIDORA	18.09.01310.0009755/2020-60
BRUNO FALCON CARDOSO		15/04/2021 A 14/05/2021 - 30 DIAS	2011/2016	19.09.00844.0003229/2020-85	02/06/2020	25/05/2021 A 23/06/2021 - 30 DIAS	REQUERIMENTO DO SERVIDOR	19.09.00844.0001281/2021-29

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 15 de fevereiro de 2021.

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. Processo SEI: 19.09.02327.0012055/2020-36. Parecer Jurídico: 15/2021. Partícipes: Ministério Público do Estado da Bahia e Grupo de Apoio à Criança com Câncer - Bahia, CNPJ nº 32.605.917/0001-06. Objeto: Cooperação entre as partes, para a realização de exames de investigação de paternidade, pelo método DNA, em todo o Estado da Bahia, através do Centro de Diagnóstico do GACC (CDG). Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento.

RESUMO DO SEXTO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. Processo: 003.0.13118/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Juazeiro - BA, CNPJ nº 13.915.632/0001-27. Objeto do Termo de Cooperação: Estabelecer e viabilizar o apoio técnico-administrativo entre os signatários. Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original até 31 de dezembro de 2021.

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2014-SGA. Processo: 003.0.66/2021. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Antônio Tadeu Viana Alves. Objeto contratual: Locação de imóvel urbano para fins não residenciais destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora. Objeto do Aditivo: prorrogar a vigência do contrato original por mais 05 (cinco) anos, a contar de 15/02/2021 até 14/02/2022. Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Natureza de Despesa 33.90.36.